

DO QUILOMBO À ESCOLA: ANCESTRALIDADE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

NETO, Clemilda Santiago¹

SOARES, Edimara²
edimarasoares@yahoo.com.br

COQUEIRO, Edna³

Resumo: O artigo tem como objetivo apresentar um dentre muitos elementos das práticas culturais quilombolas como uma das possibilidades de entrelaçar as práticas pedagógicas com as práticas de resistências ancestrais historicamente engendradas pelas/nas comunidades quilombolas. Assim, optou-se por escolher um elemento histórico/cultural que mobiliza e unifica a comunidade quilombola: a festa do Divino na CRQ João Surá. Trata-se de movimentar o olhar para o dinamismo da Educação Escolar Quilombola e sua capacidade de efetivação nas práticas pedagógicas, articulada com as tradições culturais das comunidades quilombolas. O artigo é resultado de um trabalho de campo maior, cujo objetivo era diagnosticar a realidade das comunidades quilombolas em seus aspectos sociais, econômicos, culturais. Na revisão de literatura contempla-se a definição de Quilombo, a fim de compreender sua construção histórica, política e social e estabelecer relações com a educação escolar quilombola. O artigo reforça a necessidade e importância do entrelaçamento dos conteúdos escolares com os saberes históricos e cotidianos que tecem a vida no quilombo. Assim, ao defender uma política de educação escolar voltada às Comunidades Remanescentes de Quilombos/CRQs, não significa advogar pela extração/minimização dos conteúdos escolares, selecionados a partir da concepção que os classifica como conhecimentos pertencentes à cultura universal, e, portanto, defende-se que a Escola Quilombola ou que atende as CRQs deve disponibilizá-los de maneira contextualizada. Trata-se de uma dimensão curricular que reconheça as singularidades socioculturais e históricas das CRQs, suas formas de organização comunitária, seus conflitos e lutas, seus protagonismos históricos, e se considere como ponto de partida para dialogarem com os conteúdos escolares; portanto, se afasta de um currículo fechado e europeizante. Como resultado não conclusivo, destaca-se que a festa do Divino é uma manifestação religiosa que carrega significados potentes que se refletem na organização comunitária, assim, as práticas pedagógicas podem utilizar esta manifestação cultural na perspectiva de reconhecimento e fortalecimento dos vínculos identitários da comunidade quilombola.

Palavras-chave: Quilombo. Práticas Pedagógicas. Ancestralidade

¹ Professora, especialista, técnica pedagógica do Departamento da Diversidade da Secretaria de Estado da Educação do Paraná/CERDE.

² Professora, primeira doutora quilombola do Brasil, técnica pedagógica Departamento da Diversidade da Secretaria de Estado da Educação do Paraná/CERDE.

³ Professora, especialista, coordenadora da CERDE no Departamento da Diversidade da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

DEBATE TEÓRICO SOBRE QUILOMBO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Atualmente, o termo Quilombo retorna ao cenário nacional, não como algo do passado que precisa ser lembrado, mas, sobretudo, como uma luta por direitos historicamente ceifados. O Quilombo faz emergir uma nova pauta no âmbito da política nacional, que por sua vez exigiu a conjugação de esforços de militantes, afro-descendentes e cientistas, na definição do que vem a ser o quilombo na atualidade e quem são os quilombolas.

Desde a abolição em 1888, a população negra, devido a inexistência de políticas públicas voltadas para sua inserção social, ocupou posições subalternas na sociedade brasileira. A sociedade legislou que negros não poderiam ser proprietários de terra, visto que, a Lei de Terras de 1850, excluiu os afro-brasileiros da condição de brasileiros, e enquadrando-os na categoria de “libertos”. A este respeito, é importante a contribuição de Lovell (1991) ao afirmar que o:

Usufruto, a posse e a propriedade dos recursos naturais tornaram-se, ao longo do processo de formação social brasileira, cada vez mais, moeda de troca, configurando um sistema disfarçadamente hierarquizado pela cor da pele e onde a cor passou a instruir níveis de acesso (principalmente à escola e à compreensão do valor da terra), passou mesmo a ser valor “embutido” no “negócio”. Processos de expropriação reforçaram a desigualdade destes “negócios”, de modo a ser possível hoje identificar nitidamente quem foram os ganhadores e perdedores e quem, ao longo deste processo, exerceu e controlou as regras que definem quem tem o direito de se apropriar. (LOVELL, 1991, p. 241-362).

De acordo com Leite (2000), nos últimos vinte anos, os descendentes de africanos, em todo o território nacional, organizados em associações quilombolas, reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores considerados em sua especificidade. Ainda, quando entra em cena a noção de quilombo como forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido através de gerações, compreende-se a incidência voraz das distintas dimensões do

racismo brasileiro. Florestan Fernandes (1972) referindo-se ao racismo brasileiro e a suas consequências nefastas, destaca que surgiu "uma espécie de preconceito reativo: o preconceito contra o preconceito ou o preconceito de ter preconceito" (FERNANDES, 1972, p. 42). Para Santos (2003), a negação da existência de negros ou, se quiser, a sua desumanização, é da essência do racismo. E é essa negação dos negros enquanto seres humanos que nos "anestesia" quanto às desigualdades raciais.

Segundo Clóvis Moura (1981, p.16), a primeira referência a quilombo em documentos oficiais portugueses data de 1559, mas em 1740 a definição dada pelo rei de Portugal, respondendo a consulta do Conselho Ultramarino, define quilombo como "toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles".

Ao discutir o conceito historiográfico de quilombo, Almeida (2002) faz uma análise crítica do termo, evidenciando a inoperância do conceito no âmbito definição é composta por cinco elementos, que podem ser sintetizados da seguinte maneira: 1) vínculo a escravos fugidos; 2) quantidade mínima de fugidos; 3) localidade marcada pelo isolamento geográfico (ou dificuldade de acesso, estando próximo ao mundo natural e selvagem em oposição ao mundo dito "civilizado"); 4) a ausência de "rancho", morada, benfeitoria; 5) "nem se achem pilões nele", o pilão é o instrumento que transforma o arroz, portanto, representa a sustentabilidade.

No entendimento de Lara Sílvia (1996, p. 97), essa definição de quilombo foi elaborada pelos agentes da administração colonial, portanto, "trata-se de uma definição operacional ligada ao estabelecimento dos salários do capitão-do-mato, mas que é, sobretudo uma definição política".

De acordo com Gomes (2006, p. 13), existem duas matrizes interpretativas para a formação dos quilombos no Brasil, sendo: a primeira denominada matriz culturalista, teve início na década de 1930, e a segunda chamada de matriz materialista, teve início na década de 1960. As interpretações culturalistas tinham como referência a experiência do quilombo de Palmares, e compreendiam que o principal motivo das fugas dos escravizados consistia no desejo de reproduzir os padrões culturais africanos frente ao processo de aculturação imposto pela sociedade escravista.

Destacam-se, nessa fase culturalista, os trabalhos de Arthur Ramos e Édson Carneiro. Para Ramos (1942, p. 137), o quilombo foi um fenômeno contra-aculturativo do africano frente à desagregação cultural sofrida no regime de escravidão. Na concepção do autor, a população negra no quilombo manteve sua cultura original, tais como: religião, tradições sociais e linguagem. Na concepção de Gomes (2006), Carneiro buscou formular um modelo genérico que pudesse explicar o estabelecimento dos quilombos no Brasil durante o regime escravista. Conforme Cunha Júnior (2012), é provável que Edson Carneiro (antropólogo negro baiano), tenha sido o primeiro estudioso sistemático da história do quilombo de Palmares a escrever sobre o assunto em 1947.

No que se refere a definição de quilombo, Carneiro (1942) defendia que quilombo consistia numa reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos. O tipo de organização social criado pelos quilombolas estava tão próximo do modo de organização então dominante nos Estados africanos que, era possível dizer com certo grau de segurança, que os negros responsáveis pelo quilombo eram em grande parte recém-vindos da África, e não negros nascidos e criados no Brasil.

Nesse contexto, uma das críticas alusivas às pesquisas de cunho culturalista é justamente a maneira como o conceito de cultura é apresentado, isto é, estático, limitado e binário (cultura negra X cultura branca). Conforme Gomes (2006, p.200), este conceito de cultura desconsiderava os processos de reelaborações e transformações histórico-culturais de um povo. Ainda de acordo com Gomes, os estudos evidenciavam de maneira reducionista que as “ações dos fugitivos” reunidos em comunidades não representavam nenhuma ameaça à integridade do sistema escravista. O conteúdo de suas revoltas era apenas restauracionista”, visando a restabelecer sociedades africanas e reafirmar valores culturais deste continente.

A partir da década de 1970, os intelectuais envolvidos com o estudo da população negra, com ênfase na cultura e identidade, elaboram uma noção de quilombo próxima dos movimentos sociais negros e se esforçam para traduzir em suas reflexões. Evidentemente, esses intelectuais, tais como, Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento e Ney Lopes, partiram de pesquisas já existentes sobre quilombos, entretanto, o diferencial reside no relativo

afastamento das correntes culturalistas e materialistas de classe, lançam um olhar de reflexão e indagação para a afirmação da identidade étnica.

Nesse sentido, constituem-se como características marcantes na obra desses intelectuais: a recuperação dos sentidos atribuídos ao termo quilombo; suas particularidades em cada contexto histórico do Brasil e sua utilização como um conceito ferramenta na transformação das condições sociais da população negra brasileira.

No que se refere a afirmação da identidade étnica, Nascimento (1994) sintetiza as variações históricas ocorridas na África pré-colonial, período colonial e imperial, do quilombo e sua transição para princípios ideológicos, quando destaca:

Durante sua trajetória, o quilombo serve de símbolo que abrange conotações de resistência étnica e política. Como instituição, guarda características singulares do seu modelo africano. Como prática política apregoa ideais de emancipação de cunho liberal que a qualquer momento de crise da nacionalidade brasileira corrige distorções impostas pelos poderes dominantes. (...) Por tudo isto, o quilombo representa um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica e nacional. O fato de ter existido como brecha no sistema em que os negros estavam moralmente submetidos projeta uma esperança de que instituições semelhantes possam atuar no presente ao lado de várias outras manifestações de reforço a identidade cultural (NASCIMENTO, 1994, p. 158).

Nessa perspectiva, destaca-se a contribuição de Abdias Nascimento no 2º Congresso de Cultura Negra das Américas, realizado no Panamá em 1980, 71 posteriormente publicado sob o título de “*O Quilombismo: Uma Alternativa Política Afro-brasileira*”. Nessa produção, quilombo adquire uma conotação política vinculada à situação da população negra brasileira, quilombo deixa de significar somente “escravo fugitivo”, e passa ser reunião fraterna e livre, de solidariedade, convivência e comunhão existencial (NASCIMENTO, 1980, p. 263).

Quilombo torna-se um instrumento conceitual operativo, mediante as necessidades da população negra. Ainda conforme o autor, quilombo significa:

Um instrumental conceitual operativo [que] se coloca, pois, na pauta das necessidades imediatas da gente negra brasileira. Ele não deve e não pode ser o fruto de uma maquinação cerebral arbitrária, falsa e abstrata. Nem tampouco pode ser um elenco de princípios importados, elaborados a partir de contextos e de realidades diferentes. A cristalização dos nossos conceitos, definições e princípios deve exprimir a vivência de cultura da coletividade negra. Só assim

estaremos incorporando nossa integridade de ser total, em nosso tempo histórico, enriquecendo e aumentando nossa capacidade de luta. Onde poderemos encontrar essa vivência de cultura coletiva? Nos quilombos (NASCIMENTO, 1980, p. 206).

Também a partir da década de 1970, as abordagens sociais buscaram destacar a organização política dos quilombos. Para Moura (1981), o quilombo é uma forma de organização, aconteceu em todos os lugares onde ocorreu a escravidão. Este autor utiliza o conceito de resistência, enfatizando-o como uma forma de organização política:

Essas comunidades de ex-escravos organizavam-se de diversas formas e tinham proporções e duração muito diferentes. Havia pequenos quilombos, compostos de oito homens ou pouco mais; eram praticamente grupos armados. No recesso das matas, fugindo do cativeiro, muitas vezes eram recapturados pelos profissionais de caça aos fugitivos. Criou-se para isso uma profissão específica. Em Cuba chamavam-se *rancheadores*; *capitães do mato* no Brasil; *coromangee ranger*, nas Guianas, todos usando táticas mais desumanas de captura e repressão. Em Cuba, por exemplo, os rancheadores tinham como costume o uso de cães amestrados na caça aos escravos negros fugidos. Como podemos ver, a marronagem nos outros países ou a quilombagem no Brasil eram frutos das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam, na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos (MOURA, 1981, p. 12-13).

A capacidade de organização do grupo, talvez seja uma das principais características, que particularizam tanto o quilombo colonial quanto o quilombo contemporâneo. Enfrentando ataques constantes, e destruídos muitas vezes, reapareciam em outros lugares, ficando estacas de defesa contra os inimigos, ora distantes, ora próximos. O tamanho do grupo, demandava a necessidade de ter uma base econômica, que permitisse a sobrevivência do grupo. Importante destacar que os quilombos não eram totalmente isolados ou independentes da sociedade escravista da época. Quando localizados em regiões cujo tipo de solo possuía potencial para agricultura, dedicavam-se à atividade agrícola, quando em regiões com tipo de solo com potencial de mineração, dedicavam-se à garimpagem.

Segundo Moura (1981), a forma de produção desenvolvida nos quilombos se afastava daquela praticada pelos latifundiários, pois, o modelo era de uma economia policultura, distributiva e comunitária. A produção era voltada para atender às necessidades dos membros do quilombo. Apesar, do forte vínculo com as atividades produtivas para sustentabilidade, dependiam de

alguns produtos que não poderiam ser produzidos no quilombo. Dessa forma, para garantir a sobrevivência do grupo estabeleceram relações comerciais externas e clandestinas com outros grupos também oprimidos pela sociedade escravista.

Em 1994 o Ministério Público Federal convocou a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) para emitir seu parecer sobre o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias-ADCT/CF-1988 que trata da titulação das terras ocupadas pelos quilombolas. A partir daí o conceito de quilombo assume novo significado, a fim de garantir direitos e reparar uma cidadania que ficou incompleta, cidadãos invisível aos olhos do Estado. Assim,

[...] Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação um território próprio [...] (O'DWYER, 1995,p.01)

A ressemantização do termo quilombo fornece outras maneiras de ver e dizer sobre essa organização social, que, a um só tempo une passado e presente, e impõe demandas e reparações presentes e futuras. A atual definição, ainda que formulada pelos movimentos sociais negros, é motivo de acirrados debates no âmbito acadêmico, mas sobretudo, no jurídico. Embora na pauta de debates e estudos, o conceito definitivo de quilombo ainda existe e faz emergir indagações e tensionamentos. Para Almeida (2002),

O importante aqui não é tanto como as agências definem, ou como uma ONG define, ou como o partido político define e sim como os próprios sujeitos se autorrepresentam e quais os critérios político-organizativos que norteiam suas mobilizações e forjam a coesão em torno de uma certa identidade (ALMEIDA, 2002, p. 68).

Assim, são consideradas as diferenças que os sujeitos elegem como relevantes e significativas para afirmação de seu grupo étnico, portanto, não é o observador externo quem emite uma opinião preconcebida sobre as formas de organização social e cultural do grupo étnico. Segundo Almeida (2002),

[...] para que se verifique se certa comunidade é de fato quilombola, é preciso que se analise a construção social inerente àquele grupo, de que forma os agentes sociais se percebem, de que forma almejam a construção da categoria a que julgam pertencer. Tal construção é mais eficiente e compatível com a realidade das comunidades quilombolas do que a simples imposição de critério temporais ou outros que remontem ao conceito colonial de quilombo (ALMEIDA, 2002, p. 68).

O conceito de quilombo ressemantizado demanda a formulação e execução de políticas públicas específicas, a fim de reparar injustiças historicamente acumuladas. Nesse sentido, a educação escolar quilombola representa uma política pública em construção, cujo objetivo maior é garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar aos estudantes quilombolas ofertando uma educação de qualidade e “par e passo” com a história, cultura e os marcos ancestrais da comunidade quilombola.

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

O objetivo dessa sessão é provocar reflexão analítica a partir da construção da proposta de escolarização nas CRQs do Paraná. Para tanto, apresenta-se brevemente algumas pontos singulares na trajetória de elaboração e implementação da Proposta Pedagógica Quilombola e uma discussão sobre educação quilombola e educação escolar quilombola, articulada com o currículo escolar e a tradição cultural da comunidade quilombola. A intenção é refletir sobre a festa de cunho religioso realizada na Comunidade Remanescente de Quilombo João Surá e sua importância nas práticas pedagógicas, na perspectiva do reconhecimento e fortalecimento identitário da comunidade quilombola.

O ponto de partida para discutir a educação nas comunidades quilombolas do Estado foi o I Encontro de Educadores/as Negros/as do Paraná em 2004. A Lei 10.639/03 motivou o interesse da Secretaria de Estado de Educação pelo tema e tiveram início várias mobilizações e diálogos com os movimentos sociais negros e as lideranças quilombolas, protagonistas da demanda por uma educação formal que dialogasse com as experiências ancestrais da comunidade quilombola.

Assim, desde 2004 a Secretaria de Estado de Educação do Paraná, busca desenvolver um trabalho que parte da premissa que a voz e as experiências ancestrais dos sujeitos quilombolas sejam ouvidas e visibilizadas no

currículo escolar e nas práticas pedagógicas. Atendendo a demanda da CRQ João Surá pela sintonia entre conteúdos escolares e os conhecimentos tradicionais da comunidade quilombola, teve início a elaboração da Proposta Pedagógica Quilombola pela SEED, alocada na coordenação da Educação do Campo e na sequência sob coordenação do Núcleo de Educação das Relações Étnico Raciais e Afrodescendência-NEREA.

Em 2010 a Proposta Pedagógica Quilombola é aprovada pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná/Parecer 194/2010, e para sua implementação nas escolas quilombolas foram realizados vários eventos de formação inicial e continuada na comunidade quilombola, reunindo a comunidade escolar. A Proposta também é referência para os estabelecimentos de ensino que atendem alunos/as oriundos das CRQs.

Importante destacar que em 2009 foram construídas duas escolas em comunidades quilombolas, sendo Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos no município de Adrianópolis/PR e Escola Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira, no município de Palmas/PR. Atualmente, encontra-se em fase conclusiva a construção do novo Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, que funcionará em regime de alternância, atendendo todas as comunidades quilombolas do entorno, conforme previsto na Proposta Pedagógica Quilombola.

Importante destacar a concepção de educação que norteia os projetos educacionais desenvolvidos pela Secretaria de Estado de Educação/SEED em relação as CRQs. Entende-se que a educação no quilombo consiste nos conhecimentos ancestrais repassados de geração a geração, e contempla todas as dimensões sociais do cotidiano da comunidade. Dessa forma, a escola não é o espaço hegemônico da educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB 9.394 em seu Art. 1º “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de pesquisa e ensino, nos movimentos sociais e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Assim, a educação no Quilombo é aquela desenvolvida pelos sujeitos nas suas práticas cotidianas, seja, na família, no trabalho, na comunidade, nas lutas sociais, nas manifestações das tradições culturais, na relação de sustentabilidade com a natureza, enfim, no modo de ser e estar no mundo. Conforme Brandão (1981) “a educação é como outras, uma fração do modo de

vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade”. Ainda, destaca que as formas de educação produzidas e praticadas servem para reproduzir entre todos os que ensinam e aprendem,

o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita”. (BRANDÃO, 1981, P.10-11)

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Quilombola na Educação Básica (2012)

os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir de valores e interesses das comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definindo nos projetos político-pedagógicos”. (BRASIL, 2012, p. 34).

Também é aquela que se desenvolve nas comemorações festivas, sendo a festa um momento de reafirmar valores simbólicos que registram a memória ancestral da comunidade e possibilitam um aprendizado singular sobre a identidade cultural da CRQ.

Aprender a importância do período de preparação e realização das festas permite desvendar a lógica desse modo de vida quilombola e perceber, na indiferenciação lúdico-sagrada do tempo da festa, as teias de significados que compõem um tecido cultural tramado sobre essa urdidura bem firme. Desse modo, as festas permitem adequar o passado ao presente, ao reelaborar a herança cultural dos ancestrais, possibilitando, além disso, manter um diálogo com a sociedade envolvente, através da negociação e renegociação constante dos referenciais simbólicos, dos quais essas comunidades se apropriam para constantemente ressignificá-los. (MOURA, 2005, p.73).

As festas nas CRQs do Paraná são realizadas anualmente e estão intrinsecamente ligadas a religiosidade, que se traduz na devoção a um “Santo”, ente sagrado que a comunidade venera. A organização da festa reúne os mais velhos, adultos, jovens e crianças da comunidade, e nessa dinâmica os mais velhos como portadores um saber construindo na experiência de vida ensinam aos demais a importância e os significados da manutenção da tradição.

Os moradores das comunidades têm princípios morais e normas de conduta aceitos pela maioria e todos pretendem passar esse código aos mais jovens. A importância dos rituais de devoção, o respeito à natureza, o dever de trabalhar, o respeito à família, a beleza da negritude, a busca de um casamento dentro do círculo comunitário, são valores que fazem parte de padrões sociais que marcam as histórias de vida dos atuais moradores, bem como dos seus antepassados, e perpassam as letras de músicas cantadas nas festas e as estórias de santos e de bichos contadas exaustivamente. (MOURA, 2005, p.71).

Nessa perspectiva, a educação escolar quilombola pressupõe que o currículo escolar esteja vinculado com as dimensões culturais e simbólicas das CRQs. Não se trata de negar o saber historicamente acumulado, que compõem os conteúdos escolares, mas entrelaçar esses conhecimentos, provocar questionamentos e reflexões, utilizar os conhecimentos escolares na perspectiva do fortalecimento e desenvolvimento local. Para Theodoro (2005, p. 96) “a pedagogia de base africana é iniciática, o que implica participação efetiva, plena de emoção, onde há espaço para cantar, dançar, comer e partilhar”. Ainda conforme a autora,

Reverenciam-se os mais velhos, que têm mais axé (força de vida), o que se traduz como mais sabedoria. Nas culturas negras os mais velhos são sempre os esteios da comunidade, tendo um papel fundamental para as decisões e desenvolvimento do grupo. Da mesma forma, crianças e jovens têm suas obrigações, já que se encara a vida como um jogo simbólico, onde o crescimento só se dá na dimensão de luta, de desafio ou de enfrentamento das dificuldades que sempre aparecem e continuarão aparecendo ao longo da vida. (THEODORO, 2005, p.96).

Assim, pensar o processo de escolarização nas CRQs implica assumir o compromisso de ressignificar o currículo escolar, as práticas didático/pedagógicas, buscando contemplar as necessidades e demandas dessa população. Na concepção de Moura (2005),

Quando se fala na transmissão de valores que ocorre através das festas, não se está pondo em questão o repertório valorativo dessas comunidades, mas, antes, apontando para um modo de educação não formal que é utilizada entre os moradores dos quilombos. (MOURA, 2005, p.73).

Nesse sentido, Proposta Pedagógica Quilombola apresenta-se como uma construção dialógica a partir dos anseios e interesses das comunidades quilombolas. Maclaren (1997) defende que uma proposta curricular se faz por meio da afirmação das vozes dos oprimidos e dos marginalizados e que ao se

focalizar superficialmente a diversidade, pode-se estar reforçando o discurso dos privilegiados.

A reforma curricular precisa reconhecer a importância de espaços de encorajamento para a multiplicidade de vozes em nossas salas de aula e de se criar uma pedagogia dialógica na qual as pessoas vejam a si e aos outros como sujeitos e não como objetos. Quando isso ocorre os estudantes tendem a participar da história, em vez de tornarem-se suas vítimas. (MACLAREN, 1997, p.145).

A CRQ João Surá, localizada no município de Adrianópolis realiza anualmente a festa do Divino. No mês de Junho, a bandeira do Divino visita todas as casas, ao anoitecer é acolhida por uma família da comunidade. A chegada da bandeira é motivo de muita alegria e comemoração, também de agradecimentos pelas graças alcançadas, as famílias pedem ao Divino que abençoe as roças, as criações, as famílias e tudo que possuem.

Rocha e Trindade (2006, p.54) fazem uma reflexão acerca da importância de um referencial curricular incorporar

alguns elementos constitutivos da cosmovisão africana, em grande parte desconhecida do campo educacional brasileiro compareçam como base, a exemplo da ancestralidade, circularidade, solidariedade, integração, coletividade, etc. Em outras palavras, desejamos inspirar as educadoras e os educadores à efetivação de uma cultura escolar cotidiana de reconhecimento dos valores civilizatórios africanos como possibilidade pedagógica de construção dos conhecimentos. (ROCHA & TRINDADE, 2006, p. 54).

Considerações Finais

O artigo reforça a necessidade e importância do entrelaçamento dos conteúdos escolares com os saberes históricos e cotidianos que tecem a vida no quilombo. Assim, ao defender uma política de educação escolar voltada às Comunidades Remanescentes de Quilombos/CRQs, não significa advogar pela extração/minimização dos conteúdos escolares, selecionados a partir da concepção que os classifica como conhecimentos pertencentes à cultura universal, e, portanto, defende-se que a Escola Quilombola ou que atende as CRQs deve disponibilizá-los de maneira contextualizada.

Trata-se de uma dimensão curricular que reconheça as singularidades socioculturais e históricas das CRQs, suas formas de organização comunitária, seus conflitos e lutas, seus protagonismos históricos, e se considere como

ponto de partida para dialogarem com os conteúdos escolares; portanto, se afasta de um currículo fechado e europeizante. Como resultado não conclusivo, destaca-se que a festa do Divino é uma manifestação religiosa que carrega significados potentes que se refletem na organização comunitária, assim, as práticas pedagógicas podem utilizar esta manifestação cultural na perspectiva de reconhecimento e fortalecimento dos vínculos identitários da comunidade quilombola.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos: Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

_____. **Terras de Quilombo, Terras Indígenas, "Babaçuais Livres", "Castanhais do Povo"**, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola**. Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012. Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012.

BRASIL. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Outubro de 2009.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Quilombo: Patrimônio Histórico e Cultura Revista Espaço Acadêmico, Universidade Federal do Ceará, ano XI, nº 129, p. 158-167, 2012.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Difel, 1972.

GOMES, Flávio dos Santos. Sonhando com a Terra e Construindo a Cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

_____. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.

LARA, Silvia. Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LOVELL, Peggy A. (org.). **Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG//CEDEPLAR, 1991.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo revolucionário: Pedagogia do dissenso para o novo milênio**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

_____. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 1997.

MOURA, Clovis. **Rebeliões na senzala, quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

_____. **Quilombos: Resistência ao escravismo**. São Paulo: Ed. Ática SA., 1993.

MOURA Glória. Os quilombos contemporâneos e a Educação. In: Humanidades – **Consciência Negra**: Editora UNB, n. 47, 1999.

MOURA, GLORIA. O direito a diferença. In: MUNANGA, Kabengele.(org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2ª Ed. rev. Brasília: SECAD, 2005.

NASCIMENTO. Abdias do. **Quilombismo: documentos da militância pan-americana**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. O Quilombismo: Uma alternativa política afro-brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Org.). **Sankofa: resgate da cultura afro-brasileira**. Rio de Janeiro: Seafro, 1994.

RAMOS, Arthur. **Aculturação negra no Brasil**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1942.

O'DWYER, Eliane Cantarino. (Org.). **Terra de quilombos**. Rio de Janeiro: Boletim da Associação Brasileira de Antropológica. 1995.

_____. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. **Quilombos: os caminhos do reconhecimento em uma perspectiva contrastiva entre o direito e a antropologia**. Fronteiras, Dourados-MS, v. 11, n. 19. 2009.